

## AVALIANDO ALGUMAS SOLUÇÕES DO PARADOXO DO PREFÁCIO

*Lucas Roisenberg Rodrigues<sup>1</sup>*

**Resumo:** O paradoxo do prefácio é um importante contra-exemplo à tese de que a consistência é uma condição necessária da racionalidade ou justificação. Essencialmente, o paradoxo consiste em uma situação na qual um mesmo sujeito parece possuir um conjunto de crenças, cada uma delas justificada ou racional, e simultaneamente razão ou justificação, em função da falibilidade humana, para crer que a conjunção de todas elas é falsa. O conjunto total, formado por cada crença individual e pela crença na negação da conjunção é inconsistente, mas cada um dos seus elementos parece racional/justificado. Este artigo tem dois objetivos fundamentais: (1) expor e desenvolver o paradoxo do prefácio; (2) apresentar criticamente as soluções propostas por Robert Hoffman, A.R. Lacey, Christopher New e Simon Evnine.

**Palavras Chaves:** Paradoxo do prefácio, Racionalidade, Inconsistência.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. Contato: lucasroisenberg@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O paradoxo do prefácio, introduzido por Makinson (1965), tem sido considerado como um dos mais importantes contra-exemplos à tese de que a consistência é uma condição necessária da racionalidade<sup>2</sup>. Em seu artigo, Makinson parte de uma constatação banal, de que é comum encontrarmos em diversas obras, geralmente no prefácio, a afirmação de que certamente alguns erros foram cometidos no livro em questão, e que a responsabilidade por eles é exclusiva do autor. Contudo, a consequência que Makinson tira desta afirmação aparentemente trivial é muito surpreendente.

O paradoxo do prefácio pode ser descrito como uma situação relativamente familiar na qual um autor (não-ficcional, é claro), ao refletir sobre a extensão da falibilidade humana e o seu próprio histórico de erros passados, julga que ele não deve estar correto em *tudo* o que escreveu no livro. Tal crença é expressa mediante uma proposição como “os erros que foram cometidos neste livro são de minha responsabilidade”.

Não é difícil encontrar exemplos de asserções deste tipo. Por exemplo, o matemático R.L Wilder escreve o seguinte:

Para aqueles meus colegas e estudantes que me deram encorajamento e estímulo, gostaria de expressar agradecimentos sinceros. Estou expressamente grato a (...) por suas sugestões e críticas; mas os erros e falhas que serão encontrados aqui não são de sua responsabilidade, e estão presentes apesar de seus sábios aconselhamentos (R.L. WILDER, apud MAKINSON, 1976).

Outro autor, desta vez o filósofo e historiador John Passmore, escreve assim no prefácio de sua clássica história da filosofia no século XX:

Este livro contém uma grande quantidade de erros, simples deslizes e erros óbvios. **Isto eu sei a priori, mas não sei, é claro, quais são eles** (PASSMORE, pp. 8 apud WILLIAMS).

Estes exemplos, e certamente outros que poderiam ser encontrados, demonstram que este tipo de afirmação é espontânea e natural, além de provavelmente comum. Contudo, esta

---

<sup>2</sup> Os termos racionalidade e justificação serão tomados como equivalentes. Não pretendo desenvolver ou supor uma concepção mais robusta e informativa acerca do conceito, visto que o paradoxo do prefácio não parece depender de nenhum compromisso teórico com qualquer uma das teorias gerais da racionalidade.

afirmação, que vamos denominar de “proposição do prefácio”, é inconsistente com o restante do livro. Conseqüentemente, se *cada* proposição contida no livro é racional, o que parece possível, e a proposição do prefácio também é racional, então é possível ter justificação ou razão para um conjunto inconsistente de crenças. Ora, isto é simplesmente absurdo. Alguma coisa deve estar errada.

Um breve *tour* pela história da filosofia seria suficiente para indicar, de maneira praticamente unânime, que a inconsistência é tomada como um caso típico, talvez um dos mais óbvios, de irracionalidade. Contudo, não é apenas a opinião dos filósofos que se encontra assim inclinada. Nosso “senso comum”, nossos debates e contendas ordinárias, e inclusive a investigação científica de maneira geral, parecem assumir, de maneira eventualmente explícita, mas em geral tácita, que não é racional ser inconsistente.

Por exemplo, em um debate ou controvérsia, a acusação de inconsistência é invariavelmente uma das mais graves que se pode fazer a um adversário. Nestas situações, nós supomos que se o debatedor é intelectualmente honesto, então ele deve mostrar como e por que ele não é inconsistente, ou caso isto não seja possível, simplesmente modificar sua posição. Alguém que diante de uma acusação deste gênero simplesmente ficasse indiferente não seria obviamente irracional?

De forma parecida, quando vamos estudar a obra de um filósofo ou pensador, ou simplesmente avaliar a credibilidade de uma teoria científica, supõe-se que a presença de uma inconsistência compromete gravemente a racionalidade da teoria. Quando um cientista depara-se com uma inconsistência, por exemplo, uma proposição observacional inconsistente com sua teoria, ele normalmente tenta restaurar a consistência inicial, ao invés de simplesmente dar de ombros diante do fato. Nestas circunstâncias, é comum que ele introduza hipóteses *ad hoc*, rejeite a credibilidade do contra-exemplo ou até mesmo abandone a sua teoria. O que pareceria verdadeiramente chocante, e talvez dificilmente inteligível, seria a alegação de que é justificável sustentar simultaneamente a teoria e a proposição inconsistente com ela.

Contudo, antes de examinar o paradoxo propriamente dito, duas observações devem ser feitas. A primeira delas diz respeito ao conceito de inconsistência. Um conjunto de proposições é consistente quando é possível que todos seus elementos sejam simultaneamente verdadeiros. A inconsistência, por sua vez, é simplesmente a negação da consistência, i.e um

conjunto de proposições é inconsistente quando é impossível que todos os seus elementos sejam simultaneamente verdadeiros.

Inconsistência distingue-se de contradição. Duas proposições são contraditórias se, e somente se uma é a negação da outra. Portanto, toda contradição é uma inconsistência, pois é impossível que proposições contraditórias sejam simultaneamente verdadeiras; entretanto, podem haver conjuntos inconsistentes e não-contraditórios de proposições. Donde se segue que as crenças contraditórias formam uma subclasse das crenças inconsistentes. Por exemplo, imagine um sujeito S qualquer que possua o seguinte conjunto de crenças:

*Todos os homens são mortais, Sócrates é homem, Sócrates não é mortal.*

Não há no conjunto acima uma única proposição que seja contraditória à outra. De fato, apenas o *conjunto como um todo* é inconsistente. Pode-se acreditar em cada elemento do conjunto e ao mesmo tempo não ter crenças contraditórias. Conseqüentemente, a extensão do conceito de contradição deve estar contida na extensão do conceito de inconsistência ou, dito de outra forma, as crenças contraditórias formam uma subclasse das inconsistentes.

Em segundo lugar, o problema com que me ocuparei diz respeito à possibilidade de ter razão (ou justificação) para crer em inconsistências e não à possibilidade de crer justificadamente em inconsistências. Dito de outra forma, para que o paradoxo do prefácio seja genuinamente um problema, é suficiente que demonstre ser possível justificação para crenças inconsistentes entre si, independente de como se “usa” esta justificação. Pode haver uma situação tal que o conjunto de evidências e os princípios epistêmicos autorizam a crença em inconsistências, então é de certa forma irrelevante se a crença em questão é formada, ou se o sujeito usa a justificação e os princípios que ele pode ou tem direito a utilizar. Ao tratar o paradoxo desta forma, espero torná-lo mais econômico e capturar a sua estrutura essencial, o que é certamente vantajoso.

Para ilustrarmos a diferença entre os dois conceitos, considere o seguinte caso. Imagine que dois detetives, digamos A e B, estão investigando um crime. Eles têm basicamente as mesmas informações acerca do crime, e a sua evidência pode ser dita aproximadamente igual. Suponha que o detetive A crê corretamente com base nestas mesmas evidências compartilhadas de que Fulano é o culpado. A evidência é a justificação para a crença de que Fulano é o culpado.

Contudo, o detetive B segue um caminho diferente. Ele crê no mesmo que detetive A, ou seja, que Fulano é o culpado. Entretanto, a razão ou fundamento da crença de B não é a mesma: ele não acredita com fundamento nas evidências, mas a sua crença é simplesmente resultado de sua antipatia pelo acusado. O seu viés é tão forte que ele não consegue resistir à crença de que Fulano, um indivíduo tão detestável, deve ter sido mesmo o culpado. A sua crença, portanto, não foi formada com base na justificação que possui; ela foi resultado de um simples preconceito e predisposição.

Assim, embora os dois detetives tenham aproximadamente a mesma evidência, e também uma crença idêntica acerca do mesmo assunto, a situação de cada um deles é diferente: apenas o detetive A tem uma crença justificada ou racional. A razão disto parece ser que apenas o primeiro deles utilizou a justificação disponível.

Para explicar o que acontece em casos como estes, fazemos a distinção entre ter justificação para crer e ter uma crença justificada. Um indivíduo possui justificação para crer quando possui ou tem acesso à justificação para crer; uma crença é justificada quando um sujeito possui justificação para crer e a justificação faz parte da cadeia causal que originou a crença: ela é a razão, o porquê do seu juízo.

Assim, se um sujeito S possui uma crença justificada que P, então ele possui justificação para crer em P. Contudo, do fato de que S possui justificação para crer em P não segue que S possui crença justificada em P, pois S pode não ter utilizado a justificação na formação da crença em P, ou pode nem mesmo ter a crença de que P. A primeira é também denominada de justificação doxástica; a segunda é denominada de justificação proposicional. Daqui por diante, “justificação” ou “razão” serão utilizados como sinônimos de “justificação proposicional”. Não é desta maneira que o paradoxo foi tradicionalmente apresentado, mas ela parece ser a mais econômica e adequada. Como é praxe em filosofia, a concepção de um problema determina, provavelmente mais do que qualquer outra coisa, o conjunto das soluções e os rumos da investigação.

Enfim, feitos estes esclarecimentos iniciais, podemos passar ao problema propriamente dito.

## DESENVOLVENDO O PARADOXO

Para compreender melhor o paradoxo e identificar as premissas e conseqüências relevantes vamos imaginar a seguinte situação. Um determinado autor, que denominaremos Silva, acaba de escrever um livro. Iremos ainda supor que ele foi extremamente cuidadoso em cada sentença que escreveu, e que ele tem justificção para crer em cada proposição expressa no livro.

O conjunto de proposições do livro é constituído de  $P_1, P_2, \dots, P_n$ . Assim, o autor tem justificção para crer em *cada uma* das seguintes proposições<sup>3</sup>:

(i)  $P_1, P_2, \dots, P_n$

Silva também crê racionalmente que há ao menos alguma proposição falsa no livro. Afinal, o seu livro contém uma imensa quantidade de detalhes e informações, e é *extremamente improvável* que ele esteja correto em todas as informações. Ao mesmo tempo, Silva é um escritor como qualquer um dos demais - ele *sabe* que cometeu erros em todas as situações similares a esta. Não seria racional ou razoável julgar que o mesmo deve estar acontecendo agora? Afinal, que razão haveria para julgar que a presente situação é diferente das demais? Assim, Silva tem razão para crer que:

(Proposição do prefácio) há uma proposição  $P$ , tal que  $P$  está contido no texto principal do livro, e  $P$  é falso<sup>4</sup>

É verdade que  $P_1, P_2, \dots, P_n$  são todas as proposições do livro. Assim, Silva tem razão para crer que:

---

<sup>3</sup> Por economia, eu considerarei que sentenças como “crença em (i)” são abreviações de sentenças como “crença em cada proposição do conjunto (i)”.

<sup>4</sup> É importante evitar a auto-referência na apresentação do paradoxo do prefácio. Caso contrário, o paradoxo do prefácio seria apenas uma versão diferente do paradoxo do mentiroso. Suponha que a proposição do prefácio esteja contida no texto principal do livro. Se ela for falsa, então ela é verdadeira, pois existe ao menos uma proposição falsa no livro, a saber, ela mesma. Por outro lado, se ela for verdadeira, então necessariamente existe alguma outra proposição falsa no livro, visto que ela própria não pode ser falsa, pois se fosse falsa, então seria verdadeira; donde se segue que se alguém escreve que existe alguma proposição falsa no livro (por qualquer motivo ou razão que seja), então alguma outra sentença do livro *deve ser falsa*. Ora, é absurdo que simplesmente *acreditar em* uma proposição como esta falsifique outra sentença do livro, independentemente do conteúdo do livro. Além do mais, se imaginarmos que o livro em questão for composto apenas de proposições necessariamente verdadeiras, então alguma proposição necessariamente é falsa, o que é absurdo! Assim, para evitar problemas como estes, considera-se que proposição do prefácio não está incluída no texto principal do livro.

(iii)  $\sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ <sup>5</sup>

Ora, de (i) pode-se inferir validamente que:

(iv)  $(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$

Contudo, como (iv) é contraditória de (iii), e de (i) segue-se (iv), então (i) e (iii) formam um conjunto inconsistente de crenças, que é o seguinte:

$P_1, P_2, \dots, P_n, \sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$

Contudo, parece que tem Silva tem razão para crer tanto em (i) quanto em (iii). Conseqüentemente,

Conseqüência 1 (C1): Pode ser racional acreditar em proposições inconsistentes.

Considere agora o seguinte princípio:

FR (fechamento da racionalidade): se é racional para S crer em P, e Q é dedutível de P, então é racional para S crer em Q com base em P.

FR simplesmente afirma que quando uma crença é racional ou justificada, então ela própria é uma razão adequada ou justificada para crer no que se segue dela, i.e. nas suas conseqüências lógicas<sup>6</sup>. É importante lembrar que uma proposição P é uma conseqüência lógica de Q se é impossível que P seja verdadeira e Q é falsa. Uma inferência é válida quando a conclusão é uma conseqüência lógica das premissas.

Por exemplo, suponhamos que eu tenha justificação para crer, a melhor justificação que se pode imaginar, que meu nome é Lucas e que infira, a partir disso, que meu nome não é João. Se for racional crer que meu nome é Lucas, então também é racional crer, com base na primeira proposição, que meu nome não é João, Carlos ou mesmo qualquer outro nome. Algo semelhante aplicar-se-ia para qualquer caso análogo. O princípio FR simplesmente captura e expressa este fato epistêmico, de que crenças racionais autorizam ou justificam crenças em suas conseqüências lógicas.

---

<sup>5</sup> O símbolo “ $\sim$ ” corresponde ao operador da negação, e o símbolo “ $\&$ ” corresponde ao operador da conjunção.

<sup>6</sup> Alguns autores, como Williams (1986), alegam que este FR é *refutado* pelo paradoxo do prefácio.

Mas este princípio, extremamente plausível e intuitivo, tem algumas conseqüências interessantes quando aplicado ao caso presente. Se FR é correto, então é racional para Silva crer em (v) a partir do conjunto  $P_1, P_2, \dots, P_n$  que

$$(v) (P_1 \& P_2 \dots \& P_n) \& \sim (P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$$

De acordo com FR, deve ser racional crer em (v). Ora, (v) é contraditória. Conseqüentemente,

Conseqüência 2 (C2) : pode ser racional acreditar em contradições.

C2 já é absurdo por si só. Mas o argumento não termina aqui. Uma proposição contraditória implica qualquer proposição, ou seja, todas as proposições. Mediante nova aplicação de FR, pode-se inferir que a crença em qualquer proposição é racional. Conseqüentemente,

Conseqüência 3 (C3) : qualquer crença é racional para Silva.

## **AVALIANDO ALGUMAS SOLUÇÕES**

As conclusões a que chegamos nesta apresentação do paradoxo são definitivamente surpreendentes. Considerando isto, alguma coisa *deve* estar errada no raciocínio, em algum dos pressupostos ou mesmo em algum dos princípios que assumimos. Mas, onde está, afinal, o erro? Como evitar as conclusões de C1, C2 e C3? A seguir, apresentaremos criticamente quatro maneiras de tentar responder a estas perguntas.

### **A SOLUÇÃO DE HOFFMAN**

A primeira resposta ao paradoxo do prefácio, três anos depois da sua introdução por Makinson, veio de Robert Hoffman (1968). Segundo ele, o paradoxo é apenas aparente, porque a asserção ou a crença não implicam a verdade daquilo que é asserido ou crido. Hoffman diz:

Para ser correto, se ele [o autor] fosse escrever no livro que ele sabe que p e no prefácio que ele sabe que não-p, ele estaria contradizendo a si mesmo. Pois se *saber* que um enunciado é verdadeiro acarreta que ele é verdadeiro, então

saber que p e saber que não-p acarreta p e não-p. Entretanto, nem *asserir* que um enunciado é verdadeiro, nem *acreditar* que um enunciado é verdadeiro, acarreta que ele é verdadeiro. Conseqüentemente, quando o escritor asserir que p e acredita não-p *na situação descrita*, não há nada paradoxal no que ele faz (HOFFMAN, 1968, pp.122).

Assim, o autor que escreve que existe um erro no seu próprio livro, não contradiz a si mesmo ou possui crenças inconsistentes, pois o ato de asserir ou o estado de crença não implicam a verdade daquilo que é asserido ou crido. Conseqüentemente, a proposição do prefácio não é inconsistente com o restante do livro, e o paradoxo é apenas aparente.

Contudo, como salientou Lacey (1970), uma crença P é inconsistente com uma crença Q porque P e Q não podem ser verdadeiras simultaneamente, não porque o estado mental de crer em P implica que Q é falso, ou porque a asserção de P implica a falsidade de Q. Qualquer que seja a solução do paradoxo, não pode ser deste gênero, fundada em uma confusão conceitual. Conseqüentemente, devemos ver outro tipo de solução ao paradoxo do prefácio.

## A SOLUÇÃO DE LACEY

Uma segunda solução foi apresentada por Lacey (1970). Segundo ele, a proposição do prefácio é expressa por meio de uma elipse, na qual, para evitar pedantismo, o advérbio “provavelmente” é omitido. Lacey escreve:

Suponha que ele [o livro] contenha apenas dois enunciados, S1 e S2, e que o escritor acredita que cada um deles possui a probabilidade de 2/3. Então, pelo cálculo de probabilidades, ele deveria assumir que a conjunção deles tem a probabilidade de 4/9, i.e. menos que a metade. Agora, nós costumeiramente asserimos um enunciado quando não estamos certos dele. Estritamente falando, nós devemos inserir algo como “provavelmente” nestes casos, mas esta omissão é freqüentemente perdoada para evitar pedantismo. Contudo, como asserir que P é o mesmo “p ao invés de não-p”, se nós pensamos que a probabilidade de p é não mais que a metade, então é certamente pedantismo insistir que não devemos asseri-lo (LACEY 1970 pp. 614).

Quando reinterpretado o paradoxo da forma sugerida por Lacey, a inconsistência desaparece, visto que “se nós inserimos ‘provavelmente’, então ele [o autor] está consistentemente dizendo ‘provavelmente S<sub>1</sub> e provavelmente S<sub>2</sub>, mas provavelmente não S<sub>1</sub> e

S<sub>2</sub>” (LACEY, 1970, pp. 614). Assim, o conjunto de crenças justificadas para o autor tem a seguinte forma:

provavelmente P<sub>1</sub>, provavelmente P<sub>2</sub>... Provavelmente P<sub>n</sub>, provavelmente  $\sim(P_1 \& P_2 \dots P_n)$

Ora, o conjunto acima é consistente. Donde segue-se que o paradoxo do prefácio não demonstra que podem haver crenças racionais e inconsistentes.

A solução de Lacey possui dois problemas importantes. Em primeiro lugar, a solução de Lacey implica um absurdo, qual seja que uma imensa parcela de nossas crenças (*todas* das quais não estamos absolutamente certos) são *crenças sobre relações de probabilidade*. Ora, isto implicaria em uma modificação implausível do conteúdo de muitas de nossas crenças (provavelmente a maioria delas), uma vez que a crença de que P e a crença de que provavelmente P tem condições de verdade distintas, ou seja, são crenças realmente distintas.

Em segundo lugar, parece simplesmente gratuita a alegação de que cada uma das P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub>...P<sub>n</sub> significa provavelmente P<sub>1</sub>, provavelmente P<sub>2</sub> ...provavelmente P<sub>n</sub>. Contudo, poderíamos ao menos cogitar a hipótese de que a proposição do prefácio tem a forma sugerida por Lacey, e que o autor tem razão para acreditar que provavelmente há algum erro no livro, mas não tem razão para acreditar que *de fato* existem erros no livro.

O problema é que acordo FR, se S está justificada em crer em cada uma das P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub>...P<sub>n</sub>, então S está justificado em crer que (P<sub>1</sub> & P<sub>2</sub>... & P<sub>n</sub>). Contudo, se S acredita que é provável que  $\sim(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$ , e tem razão para crer em (P<sub>1</sub> & P<sub>2</sub>... & P<sub>n</sub>), então S tem razão para crer que:

$(P_1 \& P_2 \dots \& P_n) \& \text{Provavelmente } \sim(P_1 \& P_2 \dots \& P_n)$

Ora, esta não é uma crença justificada, visto que crenças da forma “P &  $\sim$ P” não são justificadas ou racionais. Por exemplo, seria irracional crer que “vai chover amanhã e provavelmente não vai chover amanhã”. O mesmo aplicar-se-ia para qualquer outra proposição deste tipo.

Dadas estas considerações, a solução de Lacey não pode ser considerada uma solução satisfatória.

## A SOLUÇÃO DE NEW

Outra solução foi sugerida por Christopher New. Segundo ele, a crença de que existe ao menos algum erro no livro não é irrelevante para a avaliação de cada uma das proposições contidas no livro. Conseqüentemente, a crença de que existe algum erro no livro deve afetar a minha confiança em cada uma das crenças individuais do livro, e deve fazê-lo da mesma forma, ou seja, deve diminuir minha confiança em cada uma delas na mesma proporção. Segundo New, isto é suficiente para afirmar que a crença em cada uma das proposições é uma crença “fraca”. New escreve:

Se alguém acredita em  $S_1$ , então acredita com algum grau de convicção – forte ou fraco. E se ele acredita fortemente que  $S_1$ , então ele acredita que muito provavelmente  $S_1$  – a força de sua crença é proporcional à, uma expressão de, sua avaliação da probabilidade de que  $S_1$  (NEW, 1978 pp. 342).

Assim, se consideramos que cada uma das crenças individuais do livro é fraca em função da contra-evidência de que alguma delas é falsa, o conjunto de crenças justificadas para o autor do livro tem a seguinte forma:

provavelmente  $P_1$ , provavelmente  $P_2$ ... provavelmente  $P_n$ , provavelmente  $\sim(P_1 \ \& \ P_2 \dots P_n)$

Como este conjunto é consistente, parece que o paradoxo foi solucionado. Contudo, as coisas são um pouco mais complexas que isto. Suponha, para fins de argumentação, que New está correto quanto à necessidade de diminuir a confiança em cada uma das proposições contidas no livro. De que forma isto solucionaria o paradoxo do prefácio? Do fato de que a força de minha crença em  $P$  deve ser de alguma forma diminuída não segue que eu devo crer apenas que provavelmente  $P$ , ao invés de crer simplesmente que  $P$ . Além do mais, o fato de que duas crenças inconsistentes entre si são sustentadas com diferentes força ou graus de convicção não torna a inconsistência entre elas mais aceitável ou justificável. *Se isto fosse correto, não haveria problema algum em ter crenças inconsistentes* desde que as crenças em questão fossem sustentadas com diferentes intensidades ou força, isto é, desde que alguma das crenças fosse mais forte que outra, mesmo que minimamente. Ora isto é manifestamente equivocado, e conseqüentemente a solução de New não é adequada.

## A SOLUÇÃO DE EVNINE

Simon Evnine apresentou uma interessante solução do paradoxo do prefácio. A sua proposta pode ser condensada em dois argumentos, os quais denominarei argumento I e II.

### Argumento I

A proposição do prefácio não é inconsistente com o conjunto das proposições do livro, visto que ela não é equivalente à negação da conjunção de todas as proposições contidas no livro. A primeira é uma proposição de segunda-ordem *acerca do livro*, enquanto a segunda sequer o menciona. Portanto, o paradoxo do prefácio não prova que pode haver crenças inconsistentes e racionais.

### Argumento II

A proposição do prefácio não é justificada, visto que a falibilidade humana autoriza apenas a crença de que *podem* haver crenças falsas. Conforme afirma Evnine,

A crença de que algumas das nossas crenças podem ser falsas explica melhor a razão da modéstia epistêmica do que a crença de que alguma de nossas crenças é falsa. Modéstia é apropriada porque nossos meios de formação de crenças possuem uma disposição para falhar [*are prone to failure*]. Porém a não-confiabilidade, embora um defeito em si mesmo, não é garantia de uma falha efetiva (EVNINE, 1999, pp. 209).

Ora, se reinterpretemos a proposição do prefácio desta forma, a inconsistência desaparece. Assim, o paradoxo do prefácio não prova que pode haver crenças inconsistentes e racionais.

O argumento I parece inicialmente correto, visto que  $P_1, P_2, \dots, P_n$  poderia não ser o conjunto de proposições do livro (mesmo que de fato seja), e portanto a proposição do prefácio é compatível com  $\sim(P_1 \& P_2 \dots P_n)$ , quando  $P_1, P_2, \dots, P_n$  são todas as proposições do livro.

O fato apontado por Evnine foi ignorado por vários autores que trataram do paradoxo do prefácio. Muitos deles afirmaram explicitamente, ou pelo menos supuseram tacitamente, que a proposição “há algum erro neste livro” tem a forma  $\sim(P_1 \& P_2 \dots P_n)$ , onde  $P_1, P_2, \dots, P_n$  são todas as proposições do livro.

Vejamos alguns exemplos. No artigo em que foi formulado pela primeira vez o paradoxo, Makinson (1965) escreve:

Entretanto, dizer que nem tudo que eu assiro neste livro é verdadeiro é dizer que ao menos um enunciado [*statement*] neste livro é falso. **Isto é o mesmo que dizer que ao menos um dos  $S_1...S_n$  é falso, onde  $S_1...S_n$  são as proposições do livro**; isto é o mesmo que dizer que  $(S_1...&S_n)$  é falso; isto é o mesmo que dizer que  $\sim (S_1...&S_n)$  é verdadeiro. O autor que escreve e acredita em cada um dos  $S_1...S_n$ , e ainda em um prefácio assere e acredita que  $\sim(S_1...& S_n)$ , parece estar agindo muito racionalmente (MAKINSON, 1965, pg. 205).

John Williams (1988), por sua vez, apresenta o paradoxo assim:

Entretanto, ele também tem a evidência e' para a crença geral que nem todos os  $S_1...S_n$  são verdadeiros. **No prefácio ele expressa esta crença de que  $\sim(S_1&S_2...S_n)$** , ao mesmo tempo em que acredita em cada proposição do livro (WILLIAMS, 1988, p.122).

Contudo, ainda que a crítica de Evnine seja correta sob este aspecto, ela não parece solucionar o paradoxo de maneira plena. Se o autor do livro possui justificção para crer em cada uma das  $P_1, P_2,...P_n$ , e justificção para crer que alguma das proposições contidas no livro é falsa, então ele possui justificção para crer que ao menos alguma das  $P_1, P_2,...P_n$  é falsa, i.e que  $\sim(P_1 \& P_2... P_n)$ .

Talvez se pudesse contra-argumentar que a apreensão de uma proposição tão complexa e extensa como  $(P_1 \& P_2... P_n)$  estaria além de todas as capacidades cognitivas humanas, e que a inferência de  $\sim(P_1 \& P_2... P_n)$  a partir da proposição do prefácio dependeria da crença intermediária de que  $P_1, P_2,...P_n$  são todas as proposições do livro.

Contudo, poderíamos contra-argumentar que esta inferência seria autorizável ou legítima, e o paradoxo do prefácio não perderia sua força ou importância se utilizarmos apenas o conceito de justificção proposicional na sua formulação, ao invés do conceito de justificção doxástica.

Em segundo lugar, mesmo que utilizássemos apenas o conceito de justificção doxástica, as crenças inconsistentes e justificadas poderiam ser alcançadas por vias alternativas, e a objeção de Evnine contornada. Uma sugestão interessante de como isto poderia acontecer é dada por Christensen:

Certamente um autor que estivesse prestando atenção poderia apreender [*entertain*] a conjunção das duas primeiras alegações do livro, e reconhecer a equivalência material desta conjunção com a proposição

(1) as duas primeiras alegações deste livro são verdadeiras

e poderia, pelo princípio do fechamento, vir a acreditar em (1). Ele também poderia então facilmente apreender a conjunção de (1) com a terceira alegação do livro. Nosso limitado princípio de fechamento autorizaria a crença nesta conjunção. O reconhecimento da equivalência desta última alegação com

(2) as três primeiras alegações do meu livro são verdadeiras

conduziria, por um raciocínio similar, à crença em (2), e assim por diante, até que fosse alcançada a crença de que todas as proposições do livro são verdadeiras (CHRISTENSEN, 2004, pp.38-39)

Ora, se é *possível* a situação sugerida por Christensen, então pode-se facilmente conceber uma versão do paradoxo do prefácio na qual o autor possui de fato crenças justificadas e contraditórias, o que seria ainda mais desconcertante que a inconsistência pura e simples.

O segundo argumento também não resolve o problema. De fato, ele apenas confirma e aprofunda o paradoxo. Se nossas faculdades cognitivas não são confiáveis, e possuímos uma *disposição para errar*, então há *ainda mais razão* para crer na proposição do prefácio. De forma semelhante, se eu sei que a minha visão não é confiável, então tenho uma razão muito forte para julgar que alguma das crenças formada com base na visão deve ser falsa. Podemos também supor que algo semelhante aplicar-se-ia para qualquer faculdade cognitiva.

Além do mais, Evnine afirma explicitamente que a crença na falibilidade é justificada pela não-confiabilidade de nossas faculdades cognitivas. Isto é altamente contestável, e poucos aceitaram esta premissa, visto que ela conduziria diretamente ao ceticismo. O que é suficiente, por sua vez, para mostrar que tampouco é satisfatória a proposta de Evnine.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos anteriormente quatro soluções do paradoxo do prefácio. Contudo, nenhuma delas parece solucioná-lo de maneira plena. As três primeiras delas - de Hoffman, Lacey e New- parecem fracassar porque seus autores não tiveram clareza suficiente acerca da distinção entre o conteúdo de uma crença, *o que é objeto da crença*, e a própria crença

enquanto estado mental. A quarta solução examinada, proposta por Evnine, é mais interessante que as primeiras, ainda que tenha seus próprios problemas: não capturar o núcleo do paradoxo e conduzir diretamente ao ceticismo.

Não pretendi assumir que estas soluções são as únicas respostas possíveis, ainda que sejam uma boa amostra da literatura acerca do tópico. Embora o propósito desse artigo não tenha sido oferecer soluções propriamente ditas ao paradoxo do prefácio, espero que a problematização de algumas soluções apresentadas possa contribuir para o progresso da discussão sobre este difícil e complexo tema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTENSEN, D. **Putting Logic in It's Place**. New York: Oxford University Press, 2004.

EVNINE, S. **Believing conjunctions**. Dordrecht: Synthese, v. 118, n. 2, p. 2, 201-227, 1999

HOFFMAN, R. **Mr. Makinson's Paradox**. Oxford: Mind New Series, v. 77, n. 305, p. 122-123. 1968

LACEY, A.R. **The Paradox of the Preface**. Oxford: Mind New Series, v. 79, n. 316, p. 614-615, 1970

MAKINSON, D. **The paradox of the preface**. Oxford: Analysis, v. 25, n. 6, p. 205-207, 1965

NEW, C. **A Note on the Paradox of the Preface**. Oxford: The Philosophical Quarterly, v. 28, n. 113, p. 341-344, 1978

WILLIAMS, J. **The preface paradox dissolved**. Theoria, v. 53, n. 2-3, p. 121-140, 1987